



OS MUNDURUKU DO PLANALTO SANTARENO, E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA.

Larissa de Sousa Silva¹
Nilson Cesar Fraga²

RESUMO

As relações por disputas territoriais na Amazônia têm deliberado um cenário de conflitos emerso na tentativa de territorializações capitalistas que tiveram grande crescimento nas últimas décadas, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a relação de conflitos entre o povo Munduruku do Planalto santareno e a expansão da fronteira agrícola na região. Entende-se que os discursos ligados ao desenvolvimento da região ganharam notoriedade facilitando, no início dos anos 2000, a territorialização capitalista da expansão da agricultura capitalista (agronegócio) na região, solidificando ainda mais perspectivas reducionistas na desumanização daquelas populações em território amazônico, reforçando um cenário de conflito e violência nesta porção da Amazônia brasileira. A territorialização capitalista em território Munduruku tem se apresentado pela violenta potencialização das tensões territoriais, culturais e socioambientais mantendo uma relação conflituosa, preconceituosa e de negação étnica, a qual o povo Munduruku vem afirmando, e consolidando em suas organizações coletivas para permanecer e lutar pelo direito ao território que lhes pertence. O contraste entre o encontro dos modos de vida tradicionais e o avanço da expansão da agricultura capitalista, tem resultado em expressiva concentração fundiária e desmatamento dentro da área de reivindicação indígena. A pesquisa é de cunho qualitativo, na qual o trabalho de campo se fez necessário na ampliação de novos olhares para compreender as disputas territoriais, o desenvolvimento inicial da pesquisa foi com a revisão bibliográfica onde utilizou-se as metodologias que envolveu a oralidade e a memória.

Palavras-chave: Povo Munduruku; Fronteira Agrícola; Demarcação; Território; Conflito.

ABSTRACT: Relations due to territorial disputes in the Amazon have resulted in a scenario of conflicts emerging in the attempt at capitalist territorializations that have seen great growth in recent decades. The present research aims to understand the relationship of conflicts between the Munduruku people of the Santarém Plateau (Planalto de Santarém) and the expansion of the agricultural frontier in the region. It is understood that discourses linked to the region's development gained notoriety, facilitating, in the early 2000s, the capitalist territorialization of the expansion of capitalist agriculture (agribusiness) in the region, further solidifying reductionist perspectives on the dehumanization of those populations in Amazonian territory, reinforcing a scenario of conflict and violence in this portion of the Brazilian Amazon. Capitalist territorialization in Munduruku territory has been presented by the violent

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR); Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil). E-mail: larissa.system.lb@gmail.com

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR). E-mail: ncfraga@gmail.com

intensification of territorial, cultural and socio-environmental tensions, maintaining a conflictive, prejudiced and ethnically negative relationship, which the Munduruku people have been affirming and consolidating in their collective organizations to remain and fight for the right to the territory that belongs to them. The contrast between the meeting of traditional ways of life and the advance of the expansion of capitalist agriculture has resulted in significant land concentration and deforestation within the area of indigenous claim. The research is of a qualitative nature, in which fieldwork was necessary to expand new perspectives to understand territorial disputes. The initial development of the research was with the bibliographic review where methodologies involving orality and memory were used.

Keywords: Munduruku People; Agricultural Frontier; Demarcation; Territory; Conflict.

INTRODUÇÃO³

As relações por disputas territoriais na Amazônia têm deliberado um cenário de conflitos emerso na tentativa de territorializações capitalistas que tiveram grande crescimento nas últimas décadas. A Geografia dessa região, está sobretudo na tensão pela disputa de terra e território originários e tradicionais que já apresentam histórico de lutas. É uma complexa relação que caminha pela questão agrária envolvendo povos indígenas e as comunidades tradicionais, que tem se mobilizado e organizado politicamente, e tentando alcançar as formas jurídicas de manutenção dos seus territórios tradicionalmente ocupados, amparados pela Constituição Federal de 1988, conseguindo afirmar o direito de viver por meio da demarcação de seus territórios ancestrais.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a relação de conflitos entre o povo Munduruku do Planalto santareno e a expansão da fronteira agrícola na região. O território está localizado na área rural da região Leste do município de Santarém, estado do Pará, sendo composto pelas aldeias: Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada, situadas na região do planalto, nas várzeas e nas terras-firmes. Dentro da abordagem sociológica e geográfica, é uma localização estratégica da expansão da fronteira agrícola, potencializada por rodovias e portos, na qual a degradação do meio e das populações tradicionais tem avançado incisivamente nas últimas décadas.

Entende-se que os discursos ligados ao desenvolvimento da região ganharam notoriedade facilitando, no início dos anos 2000, a territorialização capitalista da expansão da agricultura capitalista (agronegócio) na região, solidificando ainda mais perspectivas reducionistas na desumanização daquelas populações em território amazônico. O contraste entre o encontro dos modos de vida tradicionais e o avanço da expansão da agricultura

³ A presente pesquisa é vinculada ao financiamento concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Programa de Demanda Social

capitalista, é uma realidade do planalto santareno, resultando em expressiva concentração fundiária, desmatamento e muitas outras irregularidades, principalmente, dentro da área de reivindicação indígena, ou seja, em suas terras ancestrais.

A territorialização capitalista em território Munduruku tem se apresentado pela violenta potencialização das tensões territoriais, culturais e socioambientais que se aceleraram a partir da lógica de produção de *comodities*, mantendo uma relação conflituosa, preconceituosa e de negação étnica, a qual o povo Munduruku vem afirmando, e consolidando em suas organizações coletivas para permanecer e lutar pelo direito ao território que lhes pertence. Importante contextualizar que a luta do povo Munduruku deu início em 2000, conseqüentemente ao ato de autoidentificação, vem ocorrendo a expansão da fronteira agrícola na região, reforçando um cenário de conflito e violência nesta porção da Amazônia brasileira, pois dentro da lógica capitalista, os territórios indígenas representam uma ameaça a consolidação de propriedade privada sobre a natureza.

Nesse sentido, os interesses pessoais e motivações acadêmicas a que se refere essa pesquisa, estão em compreender a relação da violência da sociedade brasileira contra os povos originários, a qual foram submetidos desde a condição de sua existência fomentada pelos vieses do colonizador a partir do dito “descobrimento”, e atualmente, ressignificada pelo desenvolvimento, progresso, instituído por meio da subordinação dos cercados, das fronteiras e da barbárie. É uma questão que tem se ampliado em território brasileiro, e precisa ser dialogada, pois são os povos indígenas que estão emersos nas arenas de luta pelo direito básico de existir, e a condição de vida deles/as, é marcada por uma fragilização incontestável, notadamente, no que concerne ao poder.

METODOLOGIA

As informações contidas nesta pesquisa são baseadas em dados da dissertação do mestrado, em construção. A pesquisa com o povo Munduruku teve início em 2019, e atualmente, tem convivido e construído novas provocações na medida em que a produção do espaço geográfico amazônico é marcado por uma dinâmica muito complexa, principalmente a partir dos investimentos capitalistas inserido na região e que vivem constantemente em movimento, pois o capital enxerga nela potencial para a produção de grãos (soja e milho), expropriando a natureza, os povos originários e comunidades tradicionais, que precisam indubitavelmente do território para manutenção de sua existência.

Nesse sentido, esta pesquisa é de cunho qualitativo, na qual o trabalho de campo se fez necessário na ampliação de novos olhares para compreender as disputas territoriais que estão

expostas nesse cenário caótico - “são dois mundos, onde as concepções sobre o desenvolvimento e o progresso não são as mesmas (OLIVEIRA, 2005, p. 202). O desenvolvimento inicial da pesquisa foi com a revisão bibliográfica, incluindo teses, dissertações; pesquisa documental com a análise de documentos e relatórios, outros documentos institucionais, seguimentado pelo trabalho de campo, caminho necessário para as articulações de entrevistas com as lideranças do território, onde utilizou-se as metodologias que envolveu a oralidade e a memória.

Tal procedimento decorre da compreensão de que, para entender as relações de conflitos se faz necessário ouvir as lideranças do povo Munduruku, entender o processo de ocupação e os dispositivos de defesa que eles têm encontrado no processo de luta, assim como os movimentos dialéticos de ocupação do território. Para Meihy (2015), a história oral é conectada a memórias que possibilita o sujeito a compreensão do que foi vivido de um tempo passado e o que vive no presente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diante da iminiencia secular do exercício da crueldade, dominação e barbárie a qual a colonização portuguesa e espanhola deslegitimou e submeteu as territorialidades dos povos originários, “a noção de direitos territoriais, como limites a serem respeitados e onde se exercesse a jurisdição, e a disputa sobre eles nasce com a constiuição dos estados nacionais e as lutas de independência, que marcaram novas e precisas fronteiras e sempre buscaram impor aos povos indígenas um novo direito que já se dizia latino-americano, apesar de conceitos e institutos de forte sotaque neocolonial” (SOUZA FILHO, 2021, p.46)

Os arranjos da formação territorial brasileira introduziu os movimentos que adentraram desde o sertão até a Amazônia, incorporando modos de vida completamente distintos daqueles que já existiam nas comunidades amazônicas, ribeirinhas e indígenas. Esses sujeitos tinham na natureza suas fontes de alimentação e reprodução social, contrastando com os “novos” modos de produção que chegam no norte brasileiro incorporando a natureza como mercadoria.

Presencia-se um ciclo de exploração para a Amazônia, visualizada como a última fronteira de recursos para o mundo ocidental, lembrando o eterno ciclo de colonização e exploração das terras e dos seus povos. No oeste paraense, os povos indígenas vivem em uma encruzilhada; dessa forma, para José de Souza Martins (1997, p.11)

“[...] no front, na fronteira do medo, da angustia, da guerra, demarcada pela barbárie, que nela se oculta a espacialidade, visões de mundo, culturas e etnias, mas também

nela vive e resiste na luta por território e territorialidade e da possibilidade do bem viver nos locais de ancestralidade.”

Para Pinheiro e Treccani (2017) “A Fronteira, como um espaço de desenvolvimento e expansão capitalista, tem acepção diferente daquela de limite entre territórios, é um termo utilizado, primeiramente, pelo historiador norte americano, Frederick Jackson Turner, em seu trabalho chamado ‘Frontier Thesis’ (1893), na qual o termo tem origem na virada do século XIX para o XX, na qual se refere que é uma região em que se mesclariam sociabilidades e institucionalidades, em ditas terras livres.

Seria a expansão para o desenvolvimento da democracia a partir de fatores econômicos e sociais, que proporcionariam a evolução das sociedades (AVILA, 2005). Constata-se como o avanço da fronteira americana se deu sobre terras ocupadas por populações nativas que foram exterminadas utilizando o discurso do progresso e desenvolvimento, nesse sentido, na Amazônia é possível observar esse fenômeno, principalmente no Oeste Paraense.

Concordamos com a interpretação de Martins (1997), feita por Zusman (1999) para quem a teoria da fronteira pode ser compreendida como um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital. Dado que a expansão territorial do capital é conflitiva, ela põe em jogo questões como a propriedade da terra, ponderando também sobre a sobrevivência de diferentes setores sociais. Isso expressa a colonialidade interna recorrente no processo de formação da questão agrária brasileira. Nessa perspectiva O Planalto Santareno, é compreendido como uma área de fronteira de acordo com Guedes (2021)

Por onde movimentam-se as relações imbricadas na luta por território dos sujeitos que não se submetem plenamente a lógica de produção capitalista como os povos indígenas, quilombolas, camponeses que tem suas temporalidades e espacialidades coletivas através da autonomia, contrariando a formação de propriedade privada dos agentes capitalista que se instalam desafiando os modos de vidas dessas populações e aspirando a natureza como mercadoria.

Os conflitos expressos nessa região caracterizam-se por uma relação dialética entre a lógica territorial dos povos indígenas e lógica territorial da agricultura capitalista. Para Rougemont (2022)

o interesse em abordar de que forma a problematização da fronteira – ou somente de uma ideia que traduzimos por “fronteira” – tem contribuído para a própria materialização de projetos de colonização e “desenvolvimento” econômico sobre o espaço amazônico; e como estes projetos têm se constituído como fundamento da violência secular que atormenta a Amazônia e, especialmente, se convertido em visões



e imaginários que se traduzem, na prática, em tentativas de eliminação de certas formas de vida em detrimento de outras (p.57)

Ao tratar sobre o território Munduruku é necessário chamarmos atenção sobre a gleba Federal Ituqui, a qual ele está inserido. Parte desta gleba conhecida como Ituqui-A, localiza-se em Santarém e outra parte conhecida como Ituqui-B no Município de Prainha, e estão sob a jurisdição do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Dentro dessa gleba tem-se propriedades privadas, assentamentos, territórios quilombolas e os povos indígenas.

A federalização dessa gleba se faz e refaz a partir daquilo que José de Sousa Martins (1997) interpretou ao tratar a região Amazônica como sendo uma faixa de fronteira, de lugares de encontros e desencontros. Essa fronteira se abriu para as relações da expansão capitalistas direcionadas para Amazônia legal em meados de 1970. Foi nesse contexto, que o decreto Lei nº 1.164 de 1º de abril de 1971, entrou em vigor, estrategicamente, colocando a região Amazônica como um dos principais alvos para os agentes capitalistas, pois é uma área favorável e desejada com relação às riquezas materiais que possui.

Guedes (2019) parte da ideia de que o Projeto Fundiário Santarém se torna estratégico para as frentes de expansão, pois,

No período dos governos militares no Brasil, 1964 a 1984, iniciou-se um plano político estratégico na Amazônia conhecido como Projeto Fundiário – PF's com objetivos de garantir as frentes de expansão e ocupação regional, e sobretudo, controle da terra e do território, cujo a base legal é a vigência do Decreto Lei Nº 1.164/71 (p. 2)

Estas políticas de interesse têm ligação direta com a integração da Amazônia a interesses nacionais e internacionais, integrar uma região pouco explorada, na época, com baixa concentração de população, visando atrair empresas do mundo, devido à alta concentração de recursos existentes em solo Amazônico. O Governo Militar da época liberou incentivos fiscais para que esta região “prosperasse” através de ocupações e explorações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na região Amazônica, os movimentos de expansão territorial estão em constante movimento, talvez seja ela a região que melhor manifesta as inter-relações planejadas pelos interesses capitalistas. Os grandes capitalistas, enxergam a Amazônia como uma verdadeira fronteira, fonte de riqueza e uma imensidão verde prestes ser conquistada e “povoada”, ela é pensada dentro de escalas que são abrangidas na perspectiva do regional e do internacional.

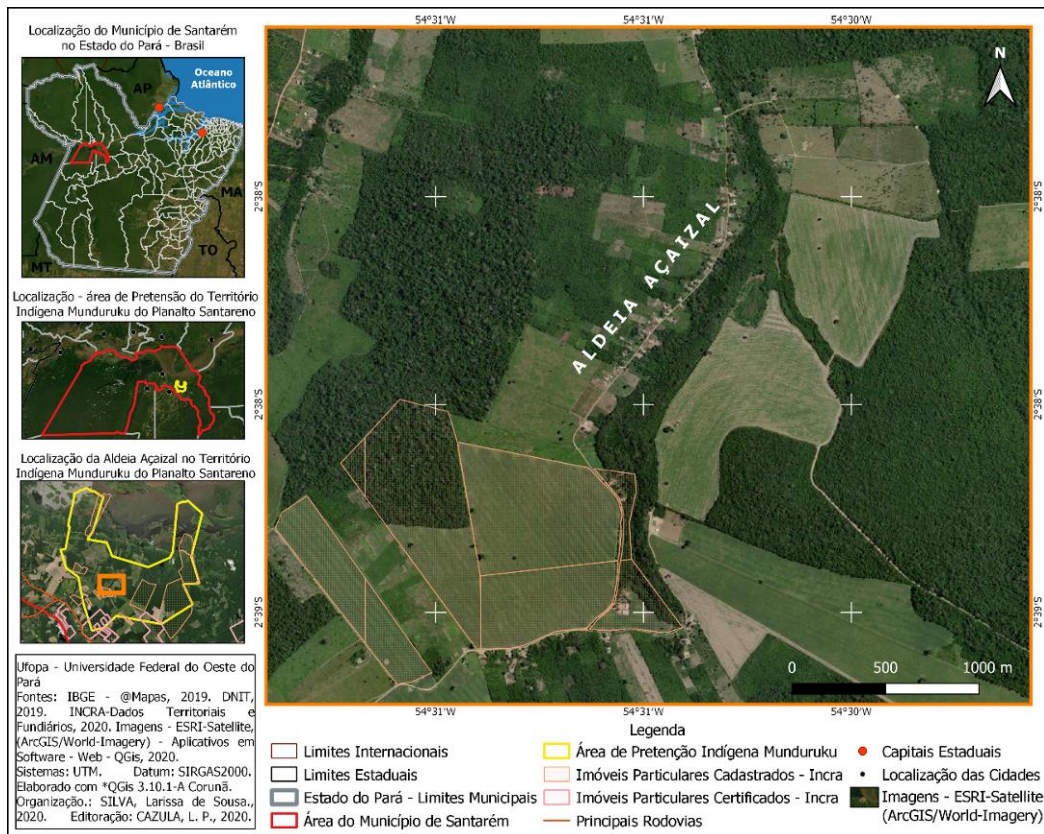
Para Chaves (2015, p.22) “é fundamentalmente importante compreender que o avanço das relações capitalistas sobre outros territórios e dentro da sociedade brasileira, está ligado



diretamente à expansão do capitalismo monopolista em todas as partes do mundo.” Nesse sentido, o oeste paraense tem se configurado para a perspectiva capitalista, conforme vai aumentando a demanda de produção mundial, o que tem constituindo processos e movimentações de luta pelos povos indígenas em torno da luta por terra e território.

A luta por território do povo Munduruku do Planalto tem se constituído diante da morosidade do Estado, os processos demarcatórios segue sem definição, os deixando sobre pressão. A aldeia Açaizal tem se caracterizado como uma das aldeias mais atingidas pela ampliação da agricultura capitalista, causando sufocamento da vida ancestral, inibindo e intimidando as organizações coletivas que estão dispostas a lutar por dignidade

Figura 1: Mapa de localização de Açaizal e as propriedades cadastradas no Incra



Organização autoral

Na figura anterior, o mapa de localização da aldeia Açaizal apresenta a frieza e o desconforto que se expõe pela destruição da natureza e o não envolvimento com a humanidade de um povo que está resistindo para não ser “varrido” pelas políticas territoriais de destruição promovida pelo Estado brasileiro, é visível as formas de violências constituídas nesse território, as territorialidades do povo Munduruku tem sido colocadas em vulnerabilidades, a reprodução da vida caminha pela possibilidade de ter território para continuar existindo, suas florestas estão sendo derrubada para ampliação dos campos de soja na região

Para Martins, (1997, p. 12) “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”. Este panorama de disputas políticas e territoriais abrangem as dimensões da economia e cultura, se tornando um espaço geográfico de luta em busca de justiça social pelos sujeitos que nele vivem, e conseqüentemente, cenário capitalizado pela intolerância e ambição dos sujeitos que se instalam nesses lugares.

A violência, na qual, os povos indígenas estão sendo submetidos é visível, assim como devastadora, principalmente no contexto político a qual ficaram submetidos os povos originários nos últimos quatro anos tutelados por uma política anti-indígena, que fomentou um verdadeiro genocídio dentro do território brasileiro. Para Almeida (2004) e Porto-Gonçalves, (2001) a questão agrária na Amazônia delibera mudanças e transformações com emergências demandadas por ações políticas dos povos indígenas, que se reinventam na luta pela disputa do território.

Para Guedes (2021, p. 329),

[...] na Amazônia, cresce a afirmação pela autoidentificação dos grupos étnicos em defesa do território coletivo. E também o reconhecimento de que eles construíram essa maneira de lutar para não serem “varridos” pela política hegemônica inclinada à formação da propriedade privada individual da terra.

A luta por território do povo Munduruku do Planalto no Oeste Paraense, tem deliberado contrastes, conflitos e muitas provocações com elementos que constituem a realidade brasileira sobre a carência de demarcação dos territórios indígenas. Para Oliveira (2005, p.203) O cerco das terras indígenas é um processo tão violento como as missões e aldeamentos, pois deteriora a cultura da mesma forma: restringe as áreas de caça e coleta, dificulta a livre circulação dos indígenas, altera e degrada o meio ambiente no entorno das aldeias. Isso reflete nas atividades de sobrevivência, diminuindo a população ou espécies animais e vegetais, contamina rios e córregos, causando degradação ambiental e cultural.

A pesquisa ainda está em andamento, logo os resultados estão em fase de diálogos não concebendo uma finalização completa, mas o que se entende nas premissas da luta é que nos últimos quatro anos, o povo Munduruku ficou ainda mais vulnerável em decorrência de discursos proferidos pelo ex-presidente da República (Jair Messias Bolsonaro), que incentivou e aprovou logísticas de invasão dentro de território indígenas. Neste sentido, o povo Munduruku, não ficou imune a tamanha violência.

Em um dos trabalhos de campo realizado em fevereiro de 2023, as falas de duas lideranças indígenas revelam que o índice de desmatamento na área reivindicada cresceu de



forma alarmante, os deixando em vulnerabilidade, e que as denúncias não surtiram muitos efeitos, isso decorre ao fato de que não houve avanço nos estudos de demarcação territorial, ou pronunciamento da própria Funai.

Deixando evidente, que a luta pelo direito de existir é uma constante em território amazônico, o povo Munduruku tem chamado atenção do Estado por meio das organizações coletivas e políticas, que tem atuado na linha de frente pela demarcação, junto a outras etnias pelo baixo Amazonas. Eles entendem que a demarcação territorial, é necessária pois assegura os direitos constitucionais, oferecendo segurança jurídica e coletiva para usufruírem da natureza.

No momento, o que tem “freado” uma invasão ainda mais violenta, é a autodemarcação⁴, que tem sido fundamental, no entanto, não tem garantido segurança, os desmatamentos ainda continuam, abertura de novos campos para monocultura se estendem na medida que a demanda da produção aumenta. Ao longo de 2018, incisivamente a partir de 2021 os moradores afirmam que há um crescimento alarmante do desmatamento.

Figura 3: Imagens aéreas feitas por Drone pelo Grupo de monitoramento no território Munduruku



Fonte: grupo de monitoramento Munduruku

⁴ Autodemarcação feita em 2017, entres os indígenas Munduruku com apoio do CPT - Comissão Pastoral da Terra



Figura 2. Imagens aéreas feitas por Drone pelo Grupo de monitoramento no território Munduruku



Fonte: grupo de monitoramento Munduruku

Nesse sentido, na tentativa de minimizar as invasões e os desfalques dentro do território Munduruku, em 2021, foi constituído um grupo de monitoramento formado pelas lideranças e outros moradores para averiguar e proteger o território, com medidas que levam diretamente a denúncia formal ao Ministério Público. Para o cacique Manoel Munduruku “A atuação do grupo indígena de monitoramento territorial estima que, somente no ano de 2022 até 11 de março de 2023, foi fazendeiros intrusos da TI desmataram mais de 1000 hectares de floresta nativa, o que representa 5% do território.

Nas observações a campo o povo Munduruku do Planalto santareno está distante de ter o território protegido como eles gostariam, pois a principal forma de protege-los seria a demarcação oficial dos processos jurídicos, enquanto isso não acontece, eles tem feito grupos de monitoramento para possibilitar o acompanhamento diário das ocorrências de desmatamento, degradação e quaisquer forma de uso sobre o território.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa aponta que as relações de disputas territoriais são um fator indiscutível, se mantendo presente na complexidade da realidade emergente do território brasileiro, principalmente na realidade e dimensão territorial amazônica. Os povos indígenas estão presentes na luta por território, porque constituem fator de existência e que mesmo amparados pela Constituição Federal de 1988, os avanços relacionados a demarcação territorial foram recuados nos últimos quatro anos, facilitando ocorrências de barbaries, como ameaças, desmatamentos, destruição dos meios de vivência, água, terra, floresta.

O reflexo de tamanha violência é intencional pela territorialização capitalista que os enxerga como uma verdadeira ameaça ao teor de desenvolvimento propagado pelas mídias televisivas e reproduzidas pela sociedade brasileira, olhando para eles ainda sobre o olhar de colonizador, tendo-os como “preguiçosos”, “selvagens” etc. Enfatiza-se que as falas das lideranças remete ao Estado como uma figura de quem deveria propagar a segurança dos povos indígenas, mas se ausentou em diversos momentos, e até incentivou a ampliação dos conflitos e da violência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. Processos de Territorialização e Movimentos Sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. (Org.). **O Campo no Século XXI: território da vida, de luta e de justiça social.** São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.
- CHAVES, Patricia Rocha. **Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio.** 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19012017-121543/>. Acesso em: 27 nov. 2023.
- COSTA, Claudia de Lima; AVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Rev. Estud. Fem., Florianópolis**, v. 13, n. 3, p. 691- 703, Dec. 2005. Disponível em: < <https://bit.ly/3bNjtQs> >. Acesso em 14 Mar. 2021.
- GUEDES, Eneias, B. **Ações discriminatórias e a grilagem das terras públicas na gleba Ituqui, Santarém – Pará.** XIII a Geografia Brasileira na Ciência Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento de 2 a 7 de setembro de 2019 – São Paulo. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2020.
- GUEDES, Eneias Barbosa. **Territorialidades em tensão: processos e disputas por territorialização na Amazônia.** Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2021. 406f
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** – 2ª Ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015
- OLIVEIRA, Castro, B. Todo dia é dia de índio Terra indígena e sustentabilidade. **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Organizador: Maurício Torres. Brasília: CNPq, 2005. Bibliografia. 496 p., fotografias
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônia.** São Paulo: Contexto, 2001.
- PINHEIRO, Maria S. TRECCANI, Girolamo, D. **O AVANÇO DA FRONTEIRA SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA, A PARTIR DO RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.** Revista de Direito Agrário e Agroambiental Organização Comitê Científico Double Blind Review pelo SEER/OJS

XV
ENAN
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA



ROUGEMONT, Laura dos Santos. **À margem da voz: sobre fronteiras e violência política contra mulheres na Amazônia.** Tese de doutorado, Universidade Federal de Fluminense. Niterói maio, 2021

Souza Filho, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o Direito.** 2021

ZUSMAN, Perla Brígida, Tierras para El Rey. **Tres Fronteras y la Construcción del Territorio del Rio de la Plata (1750-1790), Bellaterra:** Tese de Doutorado, DG/Universidade Autônoma de Barcelona, 2000